

**AS EXPERIÊNCIAS DE INCLUSÃO/EXCLUSÃO DAS PRIMEIRAS MESTRAS SURDAS
NA PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO
SANTO**

**THE INCLUSION/EXCLUSION EXPERIENCES OF THE FIRST DEAF FEMALE
GRADUATE STUDENTS IN THE GRADUATE PROGRAM IN LANGUAGE STUDIES AT
THE FEDERAL UNIVERSITY OF ESPÍRITO SANTO**

**LAS EXPERIENCIAS DE INCLUSIÓN/EXCLUSIÓN DE LOS PRIMEROS PROFESORES
SORDOS EN CURSOS DE POSTGRADO EN LETRAS DE LA UNIVERSIDAD FEDERAL
DE ESPÍRITO SANTO**

 <https://doi.org/10.56238/arev7n6-058>

Data de submissão: 05/05/2025

Data de publicação: 05/06/2025

Arlene Batista da Silva¹

Doutora em Letras. Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal
do Espírito Santo (Ufes)
E-mail: arleneincrivel@gmail.com

Zuleika Rache Kieper²

Mestranda em Letras. Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade
Federal do Espírito Santo (Ufes)
E-mail: zuleicakieper@gmail.com

RESUMO

Este artigo analisa a inclusão de estudantes surdos no Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da UFES. Destaca a importância da Libras e as experiências das primeiras mestras surdas da instituição, que defenderam suas dissertações em 2023. Toma como apporte teórico os estudos críticos sobre a educação sob a lógica neoliberal (BORGES, 2022; OLIVEIRA; CARVALHO, 2021; LAVAL, 2004; HOLANDA, 1998) para discutir os desafios da inclusão na Pós-Graduação, tais como: a barreira linguística e a necessidade de intérpretes, enfatizando o papel do suporte institucional e das práticas pedagógicas inovadoras. As autoras exploraram o histórico da educação inclusiva no ensino superior e a necessidade de investimentos contínuos em políticas efetivas, propondo uma reformulação do financiamento e das ações educacionais para garantir a acessibilidade em Libras.

Palavras-chave: Ensino superior. Neoliberalismo. Inclusão.

ABSTRACT

This article analyzes the inclusion of deaf students in the Graduate Program in Language Studies (PPGL) at UFES. It highlights the importance of Brazilian Sign Language (Libras) and the experiences of the first deaf female graduate students at the institution, who defended their theses in 2023. The theoretical framework is based on critical studies of education under neoliberal logic (BORGES, 2022;

¹ O presente artigo foi realizado com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo por meio do Edital Universal FAPES 03/2021.

² O presente artigo foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Bolsista CAPES-DS.

OLIVEIRA; CARVALHO, 2021; LAVAL, 2004; HOLANDA, 1998) to discuss the challenges of inclusion in postgraduate education, such as the language barrier and the need for interpreters, emphasizing the role of institutional support and innovative pedagogical practices. The authors explore the history of inclusive education in higher education and the need for continuous investment in effective policies, proposing a reformulation of funding and educational actions to ensure accessibility in Libras.

Keywords: Higher education. Neoliberalism. Inclusion.

RESUMEN

Este artículo analiza la inclusión de estudiantes sordos en el Programa de Posgrado en Lenguas (PPGL) de la UFES. Destaca la importancia de Libras y las experiencias de los primeros maestros sordos de la institución, quienes defendieron sus tesis en 2023. Utiliza estudios críticos sobre la educación bajo la lógica neoliberal (BORGES, 2022; OLIVEIRA; CARVALHO, 2021; LAVAL, 2004; HOLANDA, 1998) como base teórica para discutir los desafíos de la inclusión en los programas de posgrado, como la barrera lingüística y la necesidad de intérpretes, enfatizando el rol del apoyo institucional y las prácticas pedagógicas innovadoras. Los autores exploran la historia de la educación inclusiva en la educación superior y la necesidad de una inversión continua en políticas efectivas, proponiendo una reformulación del financiamiento y las acciones educativas para garantizar la accesibilidad en Libras.

Palabras clave: Educación superior. Neoliberalismo. Inclusión.

1 INTRODUÇÃO

A inclusão de pessoas surdas no ensino superior configura-se como um desafio multifacetado que exige a reflexão sobre políticas de acesso, permanência e conclusão acadêmica nas instituições educativas que recebem esses estudantes. Elaborar e executar tais políticas exigem um projeto que abranja a adaptação de práticas pedagógicas, currículos e recursos didáticos, de modo a assegurar que tais estudantes desfrutem de acesso pleno ao conhecimento e à cultura acadêmica. Nesse contexto, é fundamental considerar que as políticas voltadas à educação de surdos e ao público da Educação Especial³ no ensino como um todo são construções marcadas por fatores sociais, culturais e econômicos. Elas objetivavam uma reestruturação produtiva da sociedade brasileira iniciada a partir da década de 1990.

Se fizermos um recuo a um passado recente, podemos observar que, a partir de 1995, no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), uma série de reformas educacionais foram implementadas no Brasil norteadas por acordos com organizações internacionais⁴ “em um contexto em que a pobreza ganha destaque nas políticas públicas, consolidando a alegação da ‘Educação para Todos’ sob o mote da educação inclusiva” (BORGES, 2022, p. 4). As leis e decretos implementados à época se conectavam com a luta de diferentes movimentos sociais por direitos constitucionais (saúde, educação, moradia, etc.) e insinuavam uma certa expectativa de melhoria na qualidade da educação que, por consequência, geraria progresso econômico e redução da desigualdade social. No entanto, conforme assevera Borges (2022, p. 4) em diálogo com o pensamento de Schuchter e Carvalho (2017):

[...] a exclusão social e a pobreza são consequências do próprio sistema neoliberal. Assim sendo, a ideia da inclusão surge como um mecanismo que visa controlar a ameaça de revolta dos excluídos, revolta essa que poderia se constituir um problema para as classes que se detêm no poder. Dessa forma, “[...] as lutas democráticas em defesa de alguns direitos sociais vão sendo capturadas e as ‘bandeiras’ defendidas incorporadas ao discurso neoliberal.” (SCHUCHTER; CARVALHO, 2017, p. 137).

Assim, sob o verniz discursivo dos direitos humanos⁵, as políticas públicas implementadas a partir da década de 90 para a educação de surdos e a educação especial são marcadas por reformas do

³ Ressaltamos que a Educação de Surdos na perspectiva bilíngue e a Educação Especial se constituem em modalidades de ensino distintas (SANTOS, MENDES & KODAMA, 2023). No entanto, os documentos normativos como a Lei de inclusão da pessoa com deficiência (14.146/2015), a Lei de Cotas 14.723/23 e o PDI 2021 da Universidade Federal do Espírito Santo vinculam a Educação de Surdos à Educação Especial. Portanto, neste artigo, o termo Educação Especial estará de forma indissociável ligada à Educação de Surdos.

⁴ Banco Mundial, Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), Fundo Monetário Internacional (FMI) e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

⁵ SAYEG, Ricardo Hasson, GARCIA, Manuel Enriquez. Capitalismo humanista. Enciclopédia jurídica da PUC-SP. Celso Fernandes Campilongo, Alvaro de Azevedo Gonzaga e André Luiz Freire (coords.). **Tomo: Direitos Humanos**. Wagner Balera, Carolina Alves de Souza Lima (coord. de tomo). 1. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. Disponível em: <https://encyclopediacjuridica.pucsp.br/verbete/519/edicao-1/capitalismo-humanista>

Estado orientadas por uma perspectiva neoliberal que se contrapõe à garantia efetiva e qualitativa da educação de surdos na Educação Básica e no Ensino Superior.

De acordo com Oliveira e Araújo (2021), tais reformas implementadas no país foram organizadas com o objetivo de garantir: a) uma formação mínima, elementar aos alunos; b) uma educação definida por metas, indicadores de qualidade, competitividade; c) a ênfase no desenvolvimento de habilidades e competências mínimas por parte dos alunos para atuarem no mundo do trabalho. Nesse contexto, as políticas educacionais contribuem para modelar os sujeitos que frequentam a escola em competidores, adaptáveis, ajustados ao funcionamento do grande mercado. A inclusão escolar, por sua vez,

desponta como dispositivo por meio do qual todos deverão ser alcançados por uma formação que atenda aos ditames do mercado. Isso porque sua crescente necessidade de expansão demanda a existência de indivíduos capazes de “empreender-se” e expandir-se para alimentar a voraz cadeia produtiva do mercado. Nesse sentido, há que se considerar os critérios que regulam a lógica do mercado e apontam para um padrão de homem e de mulher com competências e habilidades que garantam constante avolumamento e acúmulo do capital (OLIVEIRA; ARAÚJO, 2021, p. 5).

Um estudo realizado por Kamylla Pereira Borges (2022) evidencia que os governos que sucederam a Fernando Henrique Cardoso (Lula 2003-2010 e Dilma (2011-2016) mantiveram a política de Educação especial fundamentada no ideário neoliberal, na medida em que o conceito de educação inclusiva é restringido ao AEE, considerado uma espécie de prestação de serviço e não um direito fundamental. A esse respeito, Borges argumenta que:

A centralidade deixa de ser educação inclusiva como direito e passa a ser a oferta do AEE nas SRMs, isto é, a oferta de um serviço, que pode se dar tanto na rede pública como privada. E, consequentemente, o financiamento público pode ir tanto para a rede pública quanto à privada que oferecer esse serviço. Essa concepção permite um processo de privatização velada da educação inclusiva, que se materializa principalmente pela possibilidade das parcerias público-privadas para oferta do AEE (BORGES, 2022, p. 21).

Após o impeachment de Dilma Rousseff em 2016, o governo de Michel Temer (2016-2018) implementou reformas estruturais e medidas de austeridade sob o discurso de que eram necessárias para combater a crise econômica que se instaurara no país. Nesse período, foram aprovadas as seguintes medidas: a) PEC 55 (congela os gastos do governo por 20 anos, com correções limitadas ao aumento da inflação); b) reforma do Ensino Médio (reforma curricular adaptada ao mercado de trabalho); c) aprovação da BNCC (nova Base Nacional Comum Curricular com exclusão do tema

acessibilidade⁶); d) criação de projeto de Lei “escola sem partido” a ser incluído nas diretrizes da LDB⁷; e) reforma trabalhista (flexibilização das leis trabalhistas em relação à jornada de trabalho, terceirização, etc.).

No campo da educação especial, o governo interino promoveu mudanças na diretoria que propuseram um processo de revisão e atualização da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva criada em 2008. A forma de participação da sociedade seria por meio de consulta pública online. Diante dessa notícia, diferentes instituições ligadas à educação de pessoas com deficiências se posicionaram, exigindo um amplo debate com as associações, movimentos populares e pesquisadores sobre o tema. Tendo em vista essa mobilização, foi realizado em sete de novembro de 2018, o Seminário “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI)”. Dentre os discursos recorrentes no seminário, destacou-se a necessidade: a) da participação efetiva das entidades representativas; b) a de aprimoramento da política sem que haja perdas ou retrocessos em relação à política já existente e c) de atendimento às exigências da ONU em relação à revisão sistemática da legislação, política e programas existentes para as pessoas com deficiência.

As reformas implementadas por Michel Temer foram continuadas e intensificadas durante o governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022). Nesse período, houve uma redução drástica no financiamento da Educação Superior Pública⁸, criação de decretos que ampliam a educação a distância (EaD)⁹, expansão da privatização do ensino superior¹⁰. No campo da Educação Especial, por força do decreto 10.502/2020, foi publicada a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida em substituição à política de Educação Especial de 2008. Um dos alvos de questionamento da nova política de Educação especial foi o fato de conceder à família o direito de matricular as crianças com deficiência na escola regular inclusiva ou em uma classe ou escola especializada. Considerando as polêmicas geradas sobre esse documento no contexto educacional, o decreto foi revogado em janeiro de 2023, sendo substituído pelo decreto 11.370/2023.

⁶ OLIVEIRA; MELO (2024), abordam do assunto no artigo intitulado: Recontextualização do Texto da Política de Inclusão de Estudantes com Deficiência: os (Des)Caminhos da Educação Inclusiva: Recontextualização do texto da política de inclusão. Disponível: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/zMNPmX6nJG77XnR7cpJRyQ/abstract/?lang=pt> Acesso em: 20 mar. 2025.

⁷ Mais informações sobre o assunto em: PENNA, Fernando. Programa “Escola Sem Partido”: Uma ameaça à educação emancipadora. In: GABRIEL, C. T.; MONTEIRO, A. M. e MARTINS, M. L. B. (org.) **Narrativas do Rio de Janeiro nas aulas de história**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

⁸ Sobre cortes no financiamento da educação superior pública no Brasil nos governos Temer e Bolsonaro: Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/nhipe/article/view/15770> Acesso em: 20 mar. 2025.

⁹ Sobre as desregulamentações no período Temer/Bolsonaro na modalidade Ead e bacharelado em direito. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/69408>. Acesso em: 20 mar. 2025.

¹⁰ Sobre privatização do ensino superior no Brasil. Disponível em: <https://www.tes.epsjv.fiocruz.br/index.php/tes/article/view/2779> Acesso em: 20 mar. 2025.

No que se refere especificamente à acessibilidade linguística para pessoas surdas nas universidades públicas e institutos federais, o presidente assinou o decreto 10.185 em 20 de dezembro de 2019, que vedou a abertura de concurso público para a contratação de novos tradutores e intérpretes de Libras-português, sem criar nenhuma outra forma de viabilizar o atendimento aos estudantes surdos, que é uma demanda cada vez mais crescente no ensino superior.

Em meio a esse desmonte das conquistas sociais e dos investimentos no campo da educação pública no ensino superior, em março de 2020 teve início no Brasil uma série de medidas sanitárias (isolamento social, fechamento de escolas, comércio, indústrias, etc.) para conter a pandemia de COVID-19, com impactos diretos na aprendizagem dos estudantes da educação básica e superior.

Nesse contexto de emergência sanitária, o Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) implementou diversas ações, como o processo seletivo remoto no segundo semestre de 2020, com o apoio de intérpretes de Libras quando necessário, para promover o ingresso de novos estudantes aos cursos de mestrado e doutorado. Nessa época, ingressaram no PPGL as primeiras discentes surdas. Ambas defenderam suas dissertações em 2023, representando marcos significativos na luta pela acessibilidade acadêmica.

Tendo em vista os impactos do funcionamento do PPGL/UFES na acessibilidade em Libras no Espírito Santo, este artigo tomará como objeto de estudo experiências de acessibilidade em Libras no PPGL. Seu objetivo central é descrever e analisar as entrevistas realizadas com duas egressas surdas, buscando evidenciar as conquistas e os desafios que enfrentaram ao longo de sua trajetória acadêmica. Concomitantemente problematiza as ações de inclusão que vêm sendo implementadas no ensino superior, delineadas por políticas neoliberais.

2 O ENSINO SUPERIOR E O PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS DA UFES: TENSÕES ENTRE A FORMAÇÃO HUMANA E A ORDEM NEOLIBERAL

De acordo com Ernani Lampert (2007, p. 5), “[...] em diferentes períodos da história do Brasil (colonial, imperial e republicano), a Educação Superior sempre foi atravessada por interesses políticos, econômicos, sociais e culturais internos e/ou externos que determinaram sua trajetória”. Tendo em vista a redemocratização no Brasil em 1985, as instituições de ensino públicas federais são inseridas na Constituição Federal de 1988 que, em seu artigo 207, garante autonomia às universidades nos âmbitos didático-científico, administrativo, financeiro e patrimonial. Além disso, estabelece o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Quanto ao financiamento,

A União organizará o sistema federal de ensino e financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino

mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. (BRASIL, 1988).

Outro documento que trata da Educação Superior é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96, que no capítulo IV, artigo 43, dispõe sobre sua finalidade, a saber: a) estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; b) incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica; c) promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade, etc. Quanto ao financiamento, o artigo 55 determina que “caberá à União assegurar, anualmente, em seu Orçamento Geral, recursos suficientes para manutenção e desenvolvimento das instituições de educação superior por ela mantidas” (LDB 9.394/96).

Se o processo de redemocratização no Brasil e, por consequência, a Constituição Federal promulgada em 1988 aludiam à criação de políticas educacionais com investimentos públicos que iam ao encontro dos anseios da população, o que se vê, a partir da década de 90 do século XX, é uma série de reformas de caráter neoliberal gestadas pelo presidente Fernando Henrique Cardoso e pelos governos que o sucederam.

Neste artigo, tomaremos como referência a definição de neoliberalismo proposta por Francisco Uribam Xavier de Holanda (1998, p. 51) que é compreendido como uma “concepção de mundo surgida no início do século XX contra a predominância das políticas estatizantes de influência socialista, das políticas socialistas e das políticas sociais e democráticas de influência Keynesiana”. Para Francisco Ângelo de Oliveira e Adéle Braga Araújo (2021), na lógica neoliberal, o indivíduo é a unidade constitutiva da sociedade, ou seja, ele é empreendedor de si, portanto exclui a ideia do indivíduo como ser social, ou aquele que, para se desenvolver, em alguma medida, se beneficiou de uma construção coletiva produzida pelos homens ao longo da história.

Na sociedade neoliberal, o mercado ascende a uma força independente, moldando a percepção dos indivíduos de tal forma que suas demandas se confundem com as necessidades ditadas pelo próprio mercado. Nessa lógica, direitos constitucionais como educação e saúde se transformam em prestação de serviços, ou seja, bens de consumo que precisam ser ofertados como mercadoria à população. Christian Laval, 2004, explica que:

O neoliberalismo, de forma geral, contesta a ingerência do Estado na produção de bens e serviços, quer se trate de saúde, transporte ou educação. É a intervenção em si do Estado na oferta de ensino que é colocada em questão do modo mais radical, o que não impede, bem ao contrário, de se prever que, necessariamente, a demanda em termos de educação de base seja solvível. Segundo a doutrina, não há qualquer razão para que os benefícios que se podem esperar do mercado e da concorrência, em particular no tocante à *performance*, não possam ser esperados também no domínio da escola, onde despesas tão consideráveis estão em jogo (LAVAL, 2004, p. 94).

Considerando que, a partir da década de 90 do século XX, o Brasil se alinhou às orientações das organizações internacionais como o Banco Mundial, FMI e a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), Carvalho et al. (2022), a agenda educacional brasileira tem sido conduzida a partir de três pilares estratégicos: **a) a verticalidade** (regulação do governo a partir de marcos legais); **b) a horizontalidade** (atendimento das demandas e participação das partes interessadas no processo regulatório e **c) a capacitação** que se desdobra em dois eixos: II) pautada nas ideias dos setores privados mercantis e o II) pensamento estratégico, baseado na concepção de Estado estratégico em um contexto pós-crise.

Essa perspectiva de governança estatal orientada por uma racionalidade neoliberal foi gradativamente sendo adotada pelos governos brasileiros, subordinando as políticas públicas na área da educação aos interesses do sistema capitalista - por meio da preservação e manutenção dos mercados financeiros e comerciais – e dificultando o acesso da população por justiça social e igualdade redistributiva. A título de exemplo dessas medidas, citamos a Emenda Constitucional n. 95/2016¹¹, aprovada pelo presidente interino Michel Temer, que limita por 20 anos os investimentos públicos em áreas como saúde, segurança e educação, desconsiderando as taxas de crescimento demográfico, impedindo a manutenção dos serviços públicos, incorporação de inovações tecnológicas, contratação de pessoal, etc., o que poderá levar ao sucateamento das políticas sociais que são oferecidas à população.

Diante do exposto e tendo presente a realidade do ensino superior, cumpre pensar como garantir ingresso e permanência dos estudantes surdos nas universidades, quando os princípios que regem as reformas educacionais seguem a norma neoliberal que privilegia a redução de custos, a flexibilidade, o currículo mínimo, a competitividade na formação acadêmica?

Neste estudo, o princípio de inclusão escolar que orientará nossas análises concebe a educação numa perspectiva oposta aos princípios da norma neoliberal, pois entende a formação no ensino superior como direito ao acesso e apropriação dos conhecimentos produzidos historicamente pela humanidade. Conforme Saviani, a abordagem histórico-crítica preconiza uma aprendizagem na qual o sujeito possa se desenvolver participativa e intelectualmente, tornando-se um agente social ativo, pois a formação intelectual constitui-se numa atividade humana que é apropriada por meio do ensino sistematizado. Nas palavras do autor, “o trabalho educativo é o ato de produzir direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens” (SAVIANI, 2013, p. 13).

¹¹ Emenda Constitucional 95/16.

Considerando os princípios da Pedagogia Histórico-Crítica para pensar a formação dos sujeitos surdos no ensino superior, entendemos que não basta que esses alunos estejam matriculados na graduação ou na pós-graduação, ou seja, não basta ampliar o acesso à universidade àqueles que foram historicamente excluídos desse espaço. É preciso que haja a implementação de políticas com recursos humanos e materiais que garantam aos estudantes surdos condições materiais e objetivas para permanecer na universidade e se apropriar de conhecimentos que lhes permitam romper com um pertencimento social subalterno.

Baseados na explanação do contexto histórico e político e à luz dos princípios da Pedagogia Histórico-Crítica feitos até aqui, no subitem a seguir, apresentaremos os dados coletados em entrevista realizada com duas egressas surdas do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Espírito Santo.

3 METODOLOGIA

Neste estudo, adotou-se uma abordagem qualitativa de natureza exploratória e descritiva. As participantes da pesquisa foram duas egressas surdas que se matricularam no curso de mestrado do PPGL/Ufes no segundo semestre de 2020, durante o período de isolamento social da pandemia do Coronavírus e defenderam suas pesquisas em fevereiro de 2023. Uma egressa graduou-se em Pedagogia e a outra no curso de Licenciatura em Letras-Libras. Os dados foram coletados em agosto de 2024 por meio de entrevista gravada no Google-Meet. Todos os procedimentos da entrevista seguiram os princípios do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) com informação aos participantes: a) sobre os riscos-benefícios da pesquisa; b) adequação às suas necessidades; c) sobre esclarecimentos para a assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido.

4 ACESSIBILIDADE DO SURDO NA PÓS-GRADUAÇÃO

Conforme já mencionamos anteriormente, as discentes surdas ingressam no Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) num contexto de implementação de políticas neoliberais no ensino superior com cortes de verbas para pesquisas, suspensão de concurso público para tradutores e intérpretes de Libras, redução de bolsas de estudo e monitorias. Somados a isso, o país vivia o período de distanciamento social para conter os impactos da pandemia, tornando a formação acadêmica uma experiência desafiadora para as discentes, docentes e para o setor de acessibilidade na universidade.

Excepcionalmente¹², devido à pandemia, a fim de garantir o atendimento linguístico das alunas surdas, a universidade providenciou recursos tecnológicos ao setor de interpretação, webcams, fones de ouvido e serviços de internet para as aulas remotas síncronas por videoconferência com o aporte financeiro recebido pelo governo federal. Com essa ação, os profissionais de Libras interpretaram as disciplinas ministradas na modalidade virtual pelos professores.

Contudo, no decorrer dos semestres, as discentes relataram grande dificuldade nas atividades acadêmicas, pois o atendimento dos intérpretes só era oferecido durante as aulas. Desse modo, não havia apoio na leitura de textos teóricos ou na escrita de artigos científicos. Diante desse contexto, o PPGL buscou junto à secretaria de acessibilidade a contratação de um(a) monitor(a) especializado(a) para atender às necessidades de leitura e tradução em Língua Brasileira de Sinais (Libras) das alunas surdas. A atuação de uma monitora revelou-se essencial na tradução de textos e materiais acadêmicos, democratizando o acesso ao conteúdo e facilitando a compreensão e o acompanhamento das disciplinas ofertadas remotamente. A seguir, apresentaremos trechos das entrevistas com as estudantes.

5 SUPERANDO DESAFIOS: A TRAJETÓRIA DE DUAS ALUNAS SURDAS NA PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS DA UFES

Ao longo de sua trajetória acadêmica, as discentes Gladis e Eliane¹³ enfrentaram desafios significativos, especialmente no que se refere à comunicação e à acessibilidade dos materiais de estudo.

Como as primeiras surdas a conquistar o título de mestras em uma universidade federal, nossa jornada foi marcada por uma mistura de emoções. Sentimos uma enorme sensação de orgulho e realização ao alcançar esse marco histórico não apenas para nós mesmas, mas também para a comunidade surda e para a causa da inclusão no PPGL. Desde o início, sabíamos que teríamos que superar barreiras de comunicação e acessibilidade. Tivemos que lutar por intérpretes de Libras (Gladis, 2024).

Concordo com Gladis. Foi uma experiência intensa e, em muitos conhecimentos, sentimos a falta de infraestrutura adequada para atender às nossas necessidades. Porém, também tivemos apoio de professores e colegas que foram sensíveis às nossas lutas. Nossa objetivo sempre foi abrir caminho para outros estudantes surdos que virão depois de nós (Eliane, 2024).

Se por um lado, reside, em suas falas, o sentimento de orgulho e realização pessoal e coletiva, considerando representar a comunidade surda no campo acadêmico, por outro, elas demonstram que precisam estar sempre numa postura combativa, de reivindicação, para ter seu direito à educação

¹² Durante a pandemia, o governo federal aprovou várias Medidas Provisórias para atender às demandas dos ministérios, tais como: a) Medida Provisória (MP) nº 942/2020 que abriu crédito extraordinário para enfrentar a emergência de saúde pública causada pelo coronavírus. O valor do crédito foi de R\$ 639.034.512,00; b) Medida Provisória (MP) nº 1.088, de 29 de dezembro de 2021, que abriu um crédito extraordinário de R\$ 3.501.597.083,00 para o Ministério da Educação.

¹³ Para preservar a identidade das participantes, os nomes aqui mencionados são fictícios. Gladis é uma referência a Gladis Perlin, a primeira surda a obter título de doutora no Brasil em 2003 enquanto Eliane Telles de Bruim Vieira foi a primeira mulher surda do Espírito Santo a se tornar doutora, com tese aprovada em 2022.

garantido. Também registram o apoio dos professores que realizaram reuniões contínuas com o setor de acessibilidade para solicitar intérpretes em todas as atividades acadêmicas e até mobilizações de todos os estudantes junto à Pró-reitoria de Pós-Graduação (PRPPG) em eventos em que esses profissionais não estavam presentes.

Quanto às impressões sobre o funcionamento do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL/Ufes) em relação à acessibilidade em Libras, elas defendem que:

O PPGL/Ufes tem potencial para ser um programa inclusivo, mas ainda há muito a ser feito. Houve esforços iniciais para garantir intérpretes nas aulas e em eventos acadêmicos, mas a demanda muitas vezes supera a oferta. Precisamos de um sistema mais robusto e estruturado para que a acessibilidade em Libras seja garantida de forma contínua e eficiente (Gladis, 2024). Além dos intérpretes, é fundamental que haja uma formação contínua para todos os envolvidos no programa, desde os professores até o pessoal administrativo. A conscientização sobre as necessidades dos alunos surdos deve ser uma prioridade. Isso inclui também a adaptação de materiais e métodos de ensino (Eliane, 2024).

Nos relatos acima, as discentes reconhecem o esforço inicial para garantir o atendimento mínimo necessário para uma pessoa surda assistir às aulas, porém evidenciam que se trata de ações precárias que promovem apenas o acesso. Baseadas em sua vivência, as participantes declararam que não há um sistema integrado com acompanhamento sistemático dos processos, a fim de promover a melhoria do atendimento com vistas a alcançar o objetivo principal que é a formação acadêmica de excelência dos discentes surdos na pós-graduação.

As estudantes destacam a necessidade de adaptações aos materiais e aos métodos de ensino. Os materiais se referem aos livros, artigos, palestras e todo tipo de informação que existe na pós-graduação e que geralmente é escrita em linguagem acadêmica, sem nenhum paratexto ou resumo em Libras que, minimamente, contextualize o conteúdo para o discente surdo. As aulas não são adaptadas com recursos visuais (imagens, vídeos, infográficos, quadros teóricos, slides em PowerPoint) que ajudem a compreender os conceitos, pois, em geral, as aulas são ministradas tomando como referência o texto acadêmico escrito em português. O modo como vem ocorrendo a educação para os sujeitos surdos no ensino superior revela que “as políticas neoliberais desenvolvem ações que, aparentemente, promovem a igualdade de oportunidades, mas acabam favorecendo apenas aqueles que já possuem recursos e capital para se beneficiar delas” (REIS, PINHEIRO & FERREIRA, 2023, p. 5).

Se por um lado, os documentos normativos democratizam o acesso das pessoas surdas ao ensino superior, por outro, elas são lançadas à arena acadêmica para sobreviverem em condições explícitas de desigualdade de oportunidades em que, seguindo a lógica neoliberal, precisam “ser resilientes”, “proativas”, “empreendedoras da própria formação”. Os relatos abaixo explicitam as fragilidades da implementação da política de acessibilidade no cotidiano:

“Um dos maiores desafios foi a falta de intérpretes disponíveis de noite e em eventos. Muitas vezes, precisávamos nos preparar sozinhas para apresentações ou reuniões importantes. Também houve dificuldades com a adaptação de materiais, que nem sempre estavam disponíveis em formatos acessíveis” (Gladis, 2024).

“Para mim, outro desafio significativo foi a sensação de isolamento. Mesmo com intérpretes, a interação com colegas e professores pode ser limitada. Participar de discussões acadêmicas e sociais é essencial para qualquer estudante, e a falta de acessibilidade plena pode nos deixar à margem desses momentos importantes” (Eliane, 2024).

As declarações acima mostram que o atendimento dos intérpretes de Libras é insuficiente para contemplar as necessidades de uma formação em nível de pós-graduação que não abrange apenas o contexto de sala de aula, isto é, das disciplinas. A escassez do serviço de interpretação traz à tona o sucateamento da educação com a redução dos cortes de verbas e a suspensão de concursos públicos para a contratação de profissionais que executam essa atividade.

“É necessário formação, contratação de intérpretes de Libras e mais concurso de intérpretes de Libras. Também é crucial que haja um compromisso institucional com a inclusão, com políticas claras e recursos dedicados à acessibilidade. Além disso, campanhas de conscientização podem ajudar a educar a sociedade sobre a importância da inclusão” (Gladis, 2024).

“Precisamos também de mais apoio governamental para a implementação de tecnologias assistivas e a adaptação de espaços públicos e privados. A acessibilidade deve ser vista como um direito básico e não como um favor ou uma exceção. A colaboração entre governo, instituições e a comunidade surda é essencial para alcançar esses objetivos” (Eliane, 2024).

No rol das problemáticas concernentes à inclusão de alunos surdos na Universidade, emerge a falha na oferta de serviços de interpretação de Libras na Pós-Graduação. As estudantes são incisivas em exigir a garantia desse serviço, pois a falta do intérprete implica a negação do acesso à informação, ou seja, a violação do direito à educação e a concretização da desigualdade de oportunidades na formação acadêmica. E, retornando à lógica neoliberal, diante dessa desvantagem real no interior de um sistema educativo que não se adapta às necessidades dos surdos, esses sujeitos são levados a pensar: “eu estou na universidade”, “não posso desistir!”, “diante da escassez, preciso me adaptar...encontrar meios de aprender”. Nesse contexto, a educação deixa de ser um direito, uma forma de humanização e ampliação de conhecimentos, para se tornar um investimento individual, uma mercadoria que lhe agrega valor e poderá lhe gerar lucros futuros (REIS, PINHEIROS & FERREIRA, 2023).

Em relação às condições de permanência no curso de mestrado durante a pandemia, as estudantes relataram o seguinte:

Durante o período da pandemia, estudar foi um grande desafio, pois os intérpretes só atuavam nas aulas remotas que eram ministradas pelos professores. Nas leituras dos textos teóricos, eu tive muita dificuldade de compreensão, mas não havia apoio individual de interpretação em Libras fora do horário das aulas. Isso me causava muita angústia, pois eu lia e não entendia o contexto, os termos daqueles textos. Foi desafiador. E a pandemia só piorou a situação (Gladis, 2024).

Foi muito difícil e me desafiou porque os materiais não eram acessíveis, os vídeos que tinham legenda em português passavam muito rápido e tinha algumas palavras que eu não conhecia; além disso, o contexto dos assuntos dos textos era difícil para entender e eu não conseguia acompanhar discussões nos grupos de pesquisa. Vale dizer também que a comunicação com professores e colegas era limitada (Eliane, 2024).

As declarações das estudantes evidenciam ações de acessibilidade limitadas que se encerram com a presença dos intérpretes durante as aulas síncronas. No entanto, as universidades são espaços pluridisciplinares que desenvolvem atividades que articulam ensino, pesquisa e extensão. Nesse ambiente acadêmico, o estudante surdo precisa do atendimento de interpretação em Libras para: a) assistir às aulas; b) participar de grupos de pesquisa; c) assistir às palestras, seminários, congressos; d) produzir artigos e comunicações nos quais se devem apresentar os resultados parciais de pesquisa em eventos acadêmicos; e) atuar como palestrante e/ou coordenador de atividades de extensão para o público externo à universidade. Todo esse trabalho que constitui parte da formação na especialização *stricto sensu* é indispensável para o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo aos discentes matriculados no programa de pós-graduação que está se preparando para se tornar um pesquisador.

Considerando o percurso acadêmico necessário ao desenvolvimento de um pesquisador, as discentes surdas vivenciaram seu processo formativo num período marcado por duas grandes crises: a) a pandemia do coronavírus e b) o desmonte do financiamento das universidades públicas. Convém lembrar que, desde 2016 e de forma mais intensa a partir de 2018, o governo federal impôs um plano radical de contingenciamento dos recursos financeiros destinados à educação superior pública que “contribui decisoriamente na aceleração do desmonte das universidades federais e com a expansão da privatização do sistema de ensino superior” (CARVALHO, et al., 2022, p. 236).

No que se refere à acessibilidade, a redução dos investimentos desde 2016 impediu que as universidades estruturassem uma equipe de apoio consistente, com profissionais especialistas e técnicos preparados para planejar e executar ações efetivas e eficazes para proporcionar aos discentes surdos uma equiparação nas condições de permanência e usufruto da educação em nível superior e de especialização. Sem um grupo coeso para pensar e propor intervenções aos desafios da vivência acadêmica dos estudantes surdos, o setor de acessibilidade atua sem planejamento, sem prioridades, tentando solucionar urgências de forma paliativa, sem resolver os problemas em sua origem. A chegada da pandemia contribuiu para tornar o atendimento ainda mais precário e falho ao público da educação especial.

Quando as estudantes surdas foram questionadas sobre as intervenções que poderiam ser feitas pela universidade para melhorar as ações de acessibilidade na pós-graduação, elas sugerem que:

O PPGL precisa oferecer apoio aos alunos surdos, pois a formação acadêmica exige um embasamento teórico profundo; o aluno tem que ler vários livros com teorias em diferentes disciplinas. Tanto no mestrado quanto no doutorado, o aluno precisa se apropriar de teorias de forma consistente, o que exige a compreensão de conceitos com diferentes significados. Penso que um apoio fundamental é um monitor de Libras que vai ter uma comunicação direta com os surdos e vai explicar o contexto dos conceitos. Isso ajuda o estudante surdo a ter uma compreensão mais clara dos textos teóricos. Se não há esse apoio, o aluno surdo tem um atraso nos estudos, pois perde horas e não consegue entender o sentido de um conceito teórico.

Sobre a escrita do texto acadêmico, por exemplo, é preciso usar as citações e dialogar com os conceitos dos textos teóricos, mas executar essa tarefa é muito complexo. O conceito do autor eu entendi, eu sei explicar em Libras, mas como vou construir a argumentação em português escrito? Para isso, também é necessário o apoio do monitor. Ele não vai escrever o texto para mim, mas pode me auxiliar com vocabulário que vai me ajudar na escrita da pesquisa. Nas universidades, os intérpretes não têm disponibilidade para atender às demandas do aluno surdo fora da sala de aula. Por isso, é imprescindível o apoio do monitor de Libras (Gladis, 2024).

O PPGL poderia oferecer materiais acessíveis em Libras, ter grupos de estudo com intérpretes e imagens, pois os surdos são visuais e isso vai nos ajudar a entender mais claramente; além disso, é preciso realizar oficinas sobre escrita acadêmica para alunos surdos. Também seria importante capacitar professores sobre práticas pedagógicas inclusivas, isso iria ajudar os professores a entender estratégias de ensino e aprendizagem acessíveis para alunos surdos (Eliane, 2024).

As propostas acima revelam de forma contundente as falhas que promovem a desigualdade no processo formativo das estudantes, pois as sugestões apontam problemas que limitam a aprendizagem, portanto impedem a apropriação de conhecimentos fundamentais ao desenvolvimento de um pesquisador-mestre.

As sugestões explicitam que a implementação de uma política de acessibilidade na pós-graduação vai muito além da democratização do acesso com matrículas de estudantes com necessidades especiais nos programas. É necessário fornecer recursos humanos, materiais, pedagógicos, apoio linguístico, execução de projetos com acompanhamento e avaliação das ações com vistas a melhorar a qualidade da formação que é oferecida a esse público.

Não se pode esquecer que a política de inclusão foi projetada seguindo princípios da normatividade neoliberal para tornar o sujeito empreendedor de si, responsável por solucionar os percalços na sua formação para alcançar seu sucesso individual. Nessa perspectiva que sobrepõe interesses econômicos em detrimento de demandas populares, a educação não é concebida como direito, mas uma concessão, ou seja, um tipo de permissão para utilizar um determinado recurso coletivo, sendo delegada ao sujeito a responsabilização pelo sucesso ou fracasso desse bem público.

Nesses termos, o cenário que se apresenta face à implementação da política de inclusão atual exige o embate de forças frente ao Estado para reivindicar a ruptura contra a ordem instituída. A esse respeito, são caras as palavras de Berenice Rojas Couto, quando afirma que:

O instrumento legal, por si só, não dá conta de impor o novo nessa relação. Esse novo é estabilizado pelo movimento social, pelas reivindicações dos trabalhadores, pela presença das classes subalternas na luta por verem reconhecidos seus interesses. Esse novo o tempo todo está-se debatendo com o velho (COUTO,2004, p.57).

Significa dizer que, se um surdo chega à pós-graduação, não basta que ele diga: "sou surdo, preciso de acessibilidade linguística!" Há nas instituições toda uma normatividade que favorece a injustiça, a desigualdade e a contradição no usufruto de direitos. É, portanto, necessário entrar no terreno dos conflitos, das lutas sociais para ter os direitos à acessibilidade materializados no mundo objetivo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo consistiu em descrever e analisar entrevistas realizadas com duas egressas surdas, enfatizando suas conquistas e os desafios inerentes à sua trajetória acadêmica, bem como as medidas de inclusão implementadas pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGL/UFES).

Evidencia-se, a partir dos relatos das estudantes, uma contradição na política de inclusão do ensino superior: embora se pretenda inclusiva, opera como um pseudorreconhecimento dos direitos educacionais das pessoas com deficiência. Ao invés de integração plena, observa-se uma vinculação precária à pós-graduação, onde a sobrevivência acadêmica impõe aos estudantes a adoção de uma postura competitiva e a autogestão como "empreendedores de si" na busca pelo saber científico e pelo ideal de pesquisador "de sucesso".

As limitações cotidianas impostas pela falta de acessibilidade descritas pelas discentes surdas para se apropriarem de diferentes conceitos teóricos e de práticas acadêmicas exigidas no âmbito da pós-graduação revelam que as ações de inclusão atuais têm desconsiderado as especificidades de aprendizagem fundamentais para esses sujeitos alcançarem uma formação efetiva no âmbito da pós-graduação. A participação ativa em atividades como a redação de artigos, a discussão de temas complexos em seminários, a produção de relatórios de pesquisa e a apresentação em congressos são práticas comuns na pós-graduação que desenvolvem no discente a capacidade de interpretar dados, buscar fontes de pesquisa, empregar rigor metodológico, analisar dados com embasamento teórico consistente e apresentar resultados de pesquisa de maneira clara e objetiva.

Nenhuma dessas atividades poderá ser realizada por um pós-graduando surdo (ou qualquer outro sujeito da educação especial) sem uma rede de apoio composta por profissionais especialistas (munidos de recursos financeiros, humanos e materiais) para acompanhar e propor ações concretas que solucionem os obstáculos cotidianos que limitam a formação do discente.

Pensar o ingresso, a permanência e a conclusão de estudantes surdos na pós-graduação nesses termos significa romper com os processos de inclusão vigentes que são contraditórios desde sua origem. Para isso, é necessário reivindicar coletivamente, nos espaços internos e externos à universidade, a efetiva materialização da acessibilidade àqueles que dela necessitam.

O apoio de um monitor de Libras para auxiliar as discentes surdas, a mobilização da comunidade acadêmica por intérpretes em diferentes espaços acadêmicos são exemplos de ações coletivas que foram articuladas pelo PPGL no enfrentamento às situações de inclusão/exclusão que a política de acessibilidade implementada no ensino superior na atualidade.

Essas ações indicam que as contradições estruturais promovidas pela normatividade neoliberal precisam ser enfrentadas, confrontadas pela luta coletiva para que a garantia e ampliação do direito à acessibilidade na educação seja executada para beneficiar a quem dela precisa.

Por fim, reiteramos que o presente estudo almejou expandir a análise dos impactos e desafios relacionados à acessibilidade em Libras no ensino superior, notadamente na pós-graduação, buscando mostrar os interesses políticos, econômicos e sociais que a constituem. Evidenciamos, portanto, que é necessário aprofundar o conhecimento sobre a realidade e o embate de forças que envolvem a temática para pensar estratégias concretas e articuladas em direção a uma acessibilidade que rompa o ciclo vicioso da desigualdade de oportunidades na educação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. BRASIL. Conselho Nacional de Educação, 1988.

BORGES, K. P. Neoliberalismo e políticas de educação especial: disputas e articulações. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 22, p. 1-26, 2022. Disponível em: <https://bitlyli.com/gUnbwT>. Acesso em 20 mar. 2025.

CARVALHO, A. P. ; PREVITERA, F. M. S.; LIMA, I. O.; LIMA, R. D'O. Financiamento da educação superior pública no Brasil nos governos Temer e Bolsonaro. Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino, Caetité, BA, v. 5, n. 2, p. 222-242, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/nhipe/index> . Acesso em 20 mar. 2025.

COUTO, B. R. C. O direito social e a Assistência Social na sociedade brasileira: uma equação possível? São Paulo: Cortez, 2004

HOLANDA, F. U. X. Do liberalismo ao neoliberalismo: o itinerário de uma cosmovisão impenitente. Porto Alegre: PUCRS, 1998.

LAMPERT, E. O desmonte da universidade pública: a interface de uma ideologia. Revista Linhas, Florianópolis, v. 7, n. 2, 2007. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1342>. Acesso em: 25 mar. 2025.

LAVAL, C. A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. Londrina: Planta, 2004.

OLIVEIRA, F. A.; ARAÚJO, A. C. B. Inclusão escolar e neoliberalismo: a quem serve a lógica da normalização, performance e competição? Olhar de professor, Ponta Grossa, v. 24, p. 1-15, 2021. Disponível em <https://revistas2.uepg.br/index.php/olhardeprofessor> Acesso: 20 mar 2025.

REIS, M. B. F.; PINHEIRO, V.; FERREIRA, C. B. R. Educação inclusiva em um contexto neoliberal: discursos e intencionalidade a partir da lógica do mercado. Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais. v.12, n. 2, 2023. p. 01 – 18, Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/sapiencia/article/view/14346> Acesso em: 20 mar. 2025.

SAVIANI, D. Sobre a natureza e especificidade da educação. In: SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 11 ed. rev. Campinas / SP: Autores Associados, 2013, p. 11-20.

SCHUCHTER, T. M.; CARVALHO, J. M. Políticas de inclusão: avanços no campo da educação ou armadilhas do discurso neoliberal. Revista Teias, v. 18, n. 48, jan./mar. 2017. Disponível em: <https://bitlyli.com/DMTYP>. Acesso em: 20 mar. 2025.

SANTOS, S. K. S. L., MENDES, N. F. O. & KODAMA, Q. P. Práticas Pedagógicas na Educação Inclusiva e na Educação de Surdos: um estudo sobre o incentivo das potencialidades. Revista Educação Especial, v. 36, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial> Acesso em: 20 mar. 2025.